

Concessão do Cais Mauá chega ao prazo decisivo

Leilão da área situada no porto da capital gaúcha ocorreu há dois anos, mas contrato ainda não foi assinado

/URBANISMO

Jefferson Klein

jefferson.klein@jornaldocomercio.com.br

Passados dois anos do leilão de concessão do Cais Mauá (o certame ocorreu em 6 de fevereiro de 2024), o contrato entre o consórcio que venceu a licitação por essa área em Porto Alegre, o Pulsa RS, e o governo do Estado ainda não foi firmado. Porém, os próximos dias serão decisivos para que o assunto tenha uma definição.

“Até 11 de março é o prazo para o vencedor da licitação apresentar todas as documentações necessárias para a assinatura do contrato”, afirma o secretário estadual da Reconstrução, Pedro Capeluppi. Entre as ações necessárias, o dirigente cita a constituição da Sociedade de Propósito Específico (SPE), que será a empresa que fará a gestão e os investimentos na área.

Inicialmente, a expectativa era que o contrato de concessão fosse assinado no primeiro semestre de 2024. No entanto, as enchentes que aconteceram no Rio Grande do Sul e causaram enormes prejuízos na região portuária da capital gaúcha, inclusi-



EVANDRO OLIVEIRA/JC

Até o dia 11 de março, consórcio vencedor precisa apresentar documentação ao governo do Estado

ve no Cais Mauá, acabaram atrasando os procedimentos.

O consórcio Pulsa RS é formado pela Spar Participações, Desenvolvimento Imobiliário e pela Credlar Empreendimentos Imobiliários e foi o único a apresentar proposta pela revitalização do espaço. Conforme o que

estava previsto no leilão, o vencedor da licitação precisa realizar um investimento na ordem de R\$ 353,3 milhões na qualificação do Cais Mauá.

O trecho concedido abrange desde a usina do Gasômetro até a estação rodoviária, o que corresponde a uma extensão de

aproximadamente três quilômetros e área de 181,2 mil metros quadrados. Nos cinco primeiros anos de concessão, está prevista a reestruturação do patrimônio histórico (armazéns tombados e pórtico central) e revitalização das docas do espaço. Além disso, está planejada a construção de

edificações para uso residencial e corporativo. O tempo total de concessão é de 30 anos.

Assim como o processo do Cais Mauá, o governo gaúcho também espera avançar ainda neste ano em duas Parcerias Público-Privadas (PPPs) que está propondo. Uma delas é no segmento da educação. “Estamos falando aqui da requalificação, operação e manutenção da infraestrutura de 98 escolas em localidades vulneráveis do Estado”, frisa o secretário estadual da Reconstrução.

Esses colégios ficam em municípios como Alvorada, Bento Gonçalves, Cachoeirinha, Canoas, Caxias do Sul, Cruz Alta, Gravataí, Novo Hamburgo, Pelotas, Porto Alegre, Rio Grande, Santa Maria, São Leopoldo, Sapucaia do Sul e Viamão. Outra iniciativa destacada por Capeluppi é a PPP que prevê a construção de um novo hospital em Viamão.

O secretário estima que seja possível lançar o edital e fazer o certame desse empreendimento até meados deste ano. O secretário assinala que se trata de uma estrutura de grande porte, com 350 leitos, para atendimentos de alta e média complexidade.

Axia e GIZ apostam em ‘aço verde’ para o Brasil

/ENERGIA

A Axia Energia fechou uma parceria com a Cooperação Brasil-Alemanha para o Desenvolvimento Sustentável, por meio da GIZ (Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit GmbH), para erguer a primeira planta de hidrogênio verde dedicada à produção de aço de baixo carbono no País.

O projeto integra o programa de desenvolvimento sustentável, financiado pelo Ministério Federal da Cooperação Econômica e do Desenvolvimento da Alemanha (BMZ), e busca posicionar o Brasil como referência global em siderurgia sustentável.

Com potência de até 10 megawatts (MW), a unidade transformará energia solar, eólica ou hídrica em hidrogênio destinado a uma usina parceira, reduzindo drasticamente as emissões se comparado ao alto-forno tradicional movido a coque ou gás natural. O plano é provar a viabilidade econômica

em escala comercial, estruturar metodologias de certificação e capacitar profissionais, fortalecendo toda a cadeia do hidrogênio verde e do aço de baixa emissão de carbono.

“A Axia Energia tem como propósito oferecer soluções sustentáveis que impulsionem a descarbonização de diferentes cadeias produtivas e reforcem seu protagonismo na transição energética”, afirmou em nota o vice-presidente de Inovação, P&D, Digital e TI da companhia, Juliano Dantas.

Para Jochen Quinten, diretor nacional da GIZ Brasil, “com a Axia, damos agora um passo decisivo ao levar esse acúmulo de conhecimento e experiências para uma indústria-chave como a siderurgia”.

A Agência Internacional de Energia Renovável estima que a produção de aço responde por 7% do CO₂ global. No Brasil, apesar dos recursos renováveis abundantes, a produção ainda depende fortemente do uso de

combustíveis fósseis. Essa dependência expõe o setor siderúrgico a riscos regulatórios e de mercado, como taxação do carbono e barreiras comerciais em países que exigem produtos de baixa emissão de carbono.

O processo de produção de aço com participação do hidrogênio verde começa por meio da geração de eletricidade renovável a partir de fontes como solar, eólica ou hidrelétrica. Essa energia é utilizada por plantas de eletrólise da água, aplicando-se a corrente elétrica na molécula de água, dissociando-a nos gases oxigênio (O₂) e hidrogênio (H₂).

Na etapa seguinte, o hidrogênio é integrado ao processo de fabricação do aço, substituindo total ou parcialmente fontes fósseis como o coque de carvão ou o gás natural, em altos-fornos ou em sistemas adjacentes e auxiliares, gerando aço de baixa emissão de carbono e seus produtos intermediários, informou a Axia.

Revisão tarifária reduz custo do gás natural no Rio Grande do Sul

A Sulgás anunciou uma redução de 9% nas tarifas de gás natural destinadas às indústrias e ao gás natural veicular (GNV). Aos postos de combustíveis, conforme nota da distribuidora, a diminuição no preço chegará a R\$ 0,27 por metro cúbico. A companhia anunciou a decisão após análise e aprovação da Revisão Tarifária de 2025 pela Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul (Agergs).

Para os segmentos residencial e comercial, a concessionária informa que haverá um reajuste médio de 6%. Já as empresas do mercado livre – que negociam diretamente o gás com supridores – terão reajuste entre R\$ 0,07 e R\$ 0,14 na parcela de distribuição. A atualização

da tarifa do gás natural no Estado entra em vigor a partir da próxima segunda-feira – a nova tabela estará disponível para consulta no site da Sulgás nesse mesmo dia.

A mudança nos preços decorre de dois fatores: repasse semestral da variação no preço do gás natural praticado pelos fornecedores, em especial a Petrobras, e revisão tarifária periódica, na qual a Agergs avalia componentes como custos de distribuição, investimentos e eficiência operacional.

Conforme contrato de concessão, a revisão tarifária deve ser realizada anualmente. Já o repasse das variações do custo do gás natural é feito a cada seis meses, mecanismo chamado de conta gráfica, criado e executado pela Agergs.